

ENTREVISTA COM MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMÃO SOBRE A LINGUÍSTICA COGNITIVA E SUAS RELAÇÕES COM OUTRAS CIÊNCIAS

Por Jussara Abraçado

Maria Margarida Martins Salomão é Doutora em Linguística pela Universidade da Califórnia, Berkeley, onde desenvolveu sua tese – sobre redes construcionais como solução para casos de polissemia – sob a supervisão de um comitê composto por Charles Fillmore (orientador principal), George Lakoff e Paul Kay. Na mesma universidade, com apoio da CAPES, atuou como *visiting scholar* na área de Linguística Cognitiva. Atualmente, é Professora Associada da Universidade Federal de Juiz de Fora, com participação ativa nos Programas de Graduação em Letras e de Pós-Graduação em Linguística. Desenvolve pesquisas na área de Linguística Cognitiva (subárea Gramática das Construções) e, com o apoio da FAPEMIG, está iniciando uma cooperação com o ICSII *University of California*, com o propósito de desenvolver uma versão da *Frame Net* para o Português. Dentre suas publicações mais recentes, destaca-se a obra intitulada *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*, organizada em parceria com Neuza Salim Miranda e publicada pela Editora UFMG, em 2009.

Nesta entrevista para os Cadernos de Letras da UFF, Margarida Salomão fala sobre a Linguística Cognitiva, ressaltando suas relações com outras ciências cognitivas (Psicologia Cognitiva, Neurociência, Inteligência Artificial etc.) e também com o Estruturalismo, o Gerativismo e o Funcionalismo Linguístico; comenta o papel da interdisciplinaridade nos estudos da linguagem e, por implicação, discorre sobre o estatuto da Linguística como ciência autônoma; fala, ainda, sobre a proposta do livro *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*, que tem sido considerado, por especialistas, uma importante contribuição para a linha dos estudos sociocognitivistas, especialmente no que se refere à Gramática das Construções.

1. *O convite para a entrevista de abertura do nº 41 dos Cadernos de Letras da UFF – cuja temática é Letras e Cognição – deve-se, naturalmente, à sua condição de principal representante da Linguística Cognitiva no Brasil. Assim sendo, começo por perguntar quais são as principais características da Linguística Cognitiva, em termos de pressupostos teóricos e de posicionamento no âmbito das Teorias da Linguagem.*

A Linguística Cognitiva (LC), nas palavras de um de seus *founding fathers*, George Lakoff (que reitera este ponto em numerosas entrevistas) surge como sucessora histórica da Semântica Gerativa, braço do programa gerativista que, no final da década de sessenta, emerge em dissidência com a orientação chomskyana e com a prática de seus discípulos mais ortodoxos (como Ray Jackendoff e Joan Bresnam, hoje, ironicamente, também dissidentes...). Muitas das ideias-chave da Linguística Cognitiva, embora travestidas do jargão da época, aparecem em primeira mão naqueles textos polêmicos e apaixonados.

Por exemplo, a tese de doutorado de Lakoff, *Irregularity in Syntax*, defendida na mesma data da publicação do *Aspects*, 1965, pode ser vista em retrospecto como motivação embrionária da Gramática das Construções, já que naquele texto ele focaliza as exceções “lexicais” a regras transformacionais como a Passiva (**Esta casa é tida por mim*) ou a Movimento de Dativo (**She sent London that packet*). Se pensarmos que trinta anos depois a aluna de Lakoff, Adele Goldberg, ao propor outra hipótese gerativa para a gramática (que assume a noção de Construção como fundamento teórico), retoma, numa perspectiva não-derivacional, o problema do “movimento” nas estruturas sintáticas ditransitivas, somos obrigados a constatar que em Linguística, como nas outras ciências, os desenvolvimentos mais recentes se sustentam sobre “ombros de gigantes” (para aproveitar os termos da dedicatória com a qual Jackendoff oferece *Foundations of Language* a Noam Chomsky).

Talvez, por seu viés de nascimento, a LC surge definitivamente “**semantocêntrica**”, em contraste ao “sintatocentrismo”, que, outra vez segundo Jackendoff, está presente no DNA do gerativismo matriz.

Isso explica dois pontos de uma só vez: de um lado, **o advento de uma agenda de investigação que priorizava o sentido** (presente na

proposição de frames, de espaços mentais, de processos figurativos metafóricos, metonímicos ou de mesclagens, da hipótese langackeriana sobre a gramática, na qual “a sintaxe não é senão semântica congelada”...); de outra parte, **o estatuto epistemológico do conceito de motivação**, que aparece como questão importantíssima nos dois grandes textos consolidadores do programa cognitivista: os livros de Lakoff e de Langacker, de 1987. Não bastava descrever os fatos: explicá-los exigia que se desvendasse a sua relação com a significação, com a história, com a mente humana. Daí as grandes apropriações feitas pela Linguística Cognitiva de descobertas presentes na filosofia de Wittgenstein, na psicologia de Eleanor Rosch, nas descrições antropológicas de Berlin e de Kay, sobre o processo cognitivo da categorização humana. Daí o destaque, no trabalho de Langacker, da noção de **Perfilamento** como expressão semiótica do processo cognitivo da atenção.

Lembre-mos, ainda, que a protoversão langackeriana do que viria a ser a “Gramática Cognitiva” chamava-se, nos primeiros anos da década de oitenta, “*Space Grammar*”, por pretender fundar em esquemas espaciais (psicofísicos) categorias tão abstratas quanto as categorias gramaticais. Na verdade, a conquista para a Linguística (para a explicação da gramática e do léxico) dos territórios ainda inconquistados dos esquemas cognitivos visuais e cinéticos deve-se, na mesma época (fins dos setenta, início dos oitenta), à contribuição genial de Len Talmy.

Um ponto, que, a meu ver não tem merecido a devida atenção de parte dos numerosos resenhadores europeus da LC, é o seu compromisso, já na origem, com a dimensão pragmática da gramática e da significação. A tese de doutorado de Robin Lakoff é uma tentativa de tratamento transformacional da sintaxe dos verbos *dicendi* em Latim; a polêmica Fraser / Ross sobre o tratamento da força performativa como uma predicação abstrata na estrutura profunda acaba convencendo os semanticistas gerativos de que a dimensão pragmática de força ilocucionária não poderia mesmo ser tratada em termos de uma derivação sintática.

Lembre-mos ainda que, na origem do movimento, os textos de Robin Lakoff sobre regras de polidez (ao fundar em linguística os estudos feministas sobre gênero) e as conferências de Fillmore em Santa Cruz sobre o fenômeno da dêixis constituem eventos decisivos na acentuação

do cisma com a linguística gerativa hegemônica. Finalmente, nos fins dos anos setenta, sentavam-se juntos em memoráveis sessões de seminários em Berkeley (seminários patrocinados pela Sloan Foundation sobre Linguagem e Cognição) não só Lakoff, Fillmore ou Kay, mas psicolinguistas como Dan Slobin e Sue Erwin-Tripp, linguistas interessados em processamento como Wally Chafe, e sociolinguistas interacionistas como John e Jenny Gumperz, Deborah Tannen e Monica Heller, as duas últimas ainda estudantes, concluindo seu Doutorado.

Resumindo, poderíamos dizer que os elementos definicionais das abordagens da Linguística Cognitiva são os seguintes:

- i A centralidade dos estudos da significação** praticados numa vertente inferencialista (Brandon), que subjaz à semântica de frames e a todos os tratamentos corporificados das relações figurativas estruturantes do léxico e da sintaxe.
- ii hipótese da continuidade entre linguagem e cognição humana**, hipótese não-modularista, que vem recebendo recentemente um corte evolucionário cada vez mais definido.
- iii idiomatismo constitutivo das formas linguísticas**, formulação fundadora de todas as abordagens construcionistas, mas enunciada com mais veemência pela Gramática Radical das Construções, subscrita por Croft: dentro dessa linhagem do pensamento, um ponto a ressaltar é a gradiência que caracteriza a distinção das formas do léxico e da sintaxe.
- iv importância do uso na gramatogênese**, tanto em termos ontogénéticos, ilustrados pelos estudos de Tomasello, como em termos históricos, exemplificados por estudos como os de Kemmer, os quais acabam por reiterar o caráter idiomático das gramáticas das línguas particulares. Essa dimensão lança pontes importantes em direção à linguística funcionalista, especialmente aquela que se interessa pelos estudos da gramaticalização (haja vista o diálogo Traugott- Michaelis em número recente, de 2007, do periódico *Cognitive Linguistics*).

2. *Tomando como exemplo o estruturalismo, o gerativismo, o funcionalismo linguístico etc., poderíamos dizer que a Linguística Cognitiva não é uma, mas várias. Isso é verdade? Por quê?*

A LC surgiu, como já dito, num movimento de dissidência, desprovido, entretanto, de pretensões de unidade política. O que reunia muitos de seus praticantes originários era uma resistência contra a hegemonia chomskyana e o fato de trabalharem quase todos (com a exceção de Langacker, que estava na UC de San Diego) na mesma universidade, a UC Berkeley. Isso naturalmente facilitava o diálogo e a cooperação entre Rosch, Kay e Berlin, Searle, Slobin, Gumperz, Lofti Zadeh, e, naturalmente, os Lakoff, Fillmore, Chafe. Pessoas como Tannen, Talmy, Eve Sweetser, que depois se impuseram como referências em áreas distintas do campo, eram todos alunos nesta ocasião (final dos anos setenta, início dos anos oitenta). Outros interlocutores, que logo se tornaram importantíssimos na emergência da gramática das Construções, especialmente Joan Bresnan, Ivan Sag, Geoffrey Pullum, militavam logo do outro lado da baía de San Francisco, em Stanford. Eram muito frequentes as reuniões que envolviam docentes e discentes de ambas as instituições. Isso incluía também contatos com Elisabeth Traugott e Joseph Greenberg. Eu diria, pois, que nesta fase inicial, um pouco heroica e muito romântica, que vai aproximadamente de 1975 a 1987, data em que são editadas as súmulas teoricamente mais ambiciosas do projeto, o empreendimento tinha mais as características de um “movimento” (tipo um movimento literário, muito com a cara irreverente do Norte da Califórnia, do espírito libertário e boêmio de Berkeley, de San Francisco, de festas e *brunches* na casa do George Lakoff, de jantares na casa do Fillmore, presididos pela Lily, então na faculdade de Educação, colega da Jenny Gumperz, uma dinâmica de convivência e ruptura por parte de gente que era bem jovem naquela ocasião). Só ocorre uma tentativa de institucionalização mais tarde, já no final da década de oitenta, quando os trabalhos dos cognitivistas começam a sensibilizar linguistas europeus.

Em 1988, sai na Europa a grande coletânea, *Topics in Cognitive Linguistics*, editada por Brygida Rudzka-Ostyn e publicada pela Mouton. Em 1989, ocorre a primeira conferência em Linguística Cognitiva, organizada por René Dirven, em Duisburg, na Alemanha, na qual se decidiu fundar a ICLA (*International Cognitive Linguistics Association*), ao qual se vincula o periódico *Cognitive Linguistics*, cujo primeiro número circulou em 1990.

Desde então, a difusão internacional da Linguística Cognitiva só fez aumentar, alcançando grande expressividade, hoje, inclusive na Ásia (a China deve anfitriar o próximo Congresso da ICLA). Existem ramos nacionais da ICLA na Espanha, na Alemanha, na Grã Bretanha, na Bélgica, na Coreia, no Japão, nos países escandinavos, e, mais recentemente, na China. No Brasil, há um número significativo de praticantes da LC, muitos dos quais reunidos no GT da ANPOLL **Linguística e Cognição**, ao qual, entretanto também se associam outros linguistas interessados nas ciências cognitivas, mas sem compartilhar a persuasão dos linguistas cognitivos. A modéstia relativa da representação brasileira na LC deve-se, a meu ver, pela escassa presença de acadêmicos interessados nesses estudos nos principais centros de reprodução da Linguística brasileira (os programas de pós avaliados com notas seis e sete pela CAPES): sociólogos das ciências não terão muita dificuldade em explicar esse fato.

Hoje, contando com uma grande militância por todo o mundo, a Linguística Cognitiva guarda muito menor coesão teórica e analítica do que nos tempos de sua emergência, há quase quarenta anos. Existem polêmicas acesas em torno dos estudos da metáfora conceptual, entre versões concorrentes da gramática das construções, sobre a corporificação das bases cognitivas da gramática, inúmeros focos de divergência; existem disputas geracionais; ferve o debate metodológico. Entendo, entretanto, que os quatro grandes pressupostos que assinaléi na resposta anterior prevalecem entre linguistas cognitivos de todos os quadrantes. Haverá diferenças de ênfases temáticas e variedade de práticas analíticas, mas nada que ponha em cheque o consenso programático que coloca o estudo da linguagem como **enquadrado necessariamente no interior do entendimento das demais atividades cognitivas (neurobiológicas e socioculturais) dos seres humanos.**

- 3. Em seu trabalho é recorrente a referência à perspectiva sociocognitiva de estudo da linguagem e à decorrente Hipótese Sociocognitiva da Linguagem. Como tal perspectiva se relaciona com a Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994) e da Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995; 2005)?*

Existe hoje uma postura programática relativa ao tratamento dos fenômenos que compõem o portfólio analítico da LC e que reivindica que esses fenômenos tenham como seus fundamentos constitutivos não apenas elementos cognitivos mas também sócio-culturais: essa é, por exemplo, a postura de Tomasello, que, num corte teórico assumidamente vygotskyano, denomina de sociocognitivos seus estudos da ontogênese (vide especificamente Tomasello, 1999).

Eu mesma passei a usar essa denominação a partir de 1997, desenhando a agenda da LC no Brasil num artigo publicado no primeiro número da revista *Veredas*, do Programa da PG em Letras da UFJF. Estava, naquele momento, introduzindo no Brasil os estudos sobre espaços mentais, propostos por Fauconnier em 1994 e 1996: lembro-me de curso que lecionei na ASSEL sobre esse tema em 1998, nas dependências da PUC - Rio, a convite da então Presidente da ASSEL, nossa companheira na iniciação da LC no Brasil, Professora Maria Lúcia Leitão de Almeida.

Uma coisa interessante com relação aos espaços mentais é que eles são estruturados internamente por frames, isto é, pelos esquemas conceptuais que suprem as funções ou valores, cujas contrapartes em outro domínio epistêmico estabelecem a rede de espaços, considerada imprescindível na construção da interpretação de um enunciado qualquer. Por exemplo, se alguém diz “*Vou comprar um vestido novo*”, necessariamente vão instanciar-se na rede de espaços mentais duas funções semânticas, uma correspondente ao Comprador (C) e outra referente à Mercadoria (M); dependendo da interpretação pragmaticamente relevante, ambas as funções poderão se instanciar tanto no espaço-base como no espaço-futuro, ou, alternativamente, se M não tiver uma resolução referencial pré-definida, M haverá de instanciar-se só no espaço-futuro, enquanto que C instancia-se necessariamente no espaço-base, até pela sua referência dêitica. A elegância no tratamento da interface semântico-pragmática constitui, a meu ver, o aspecto mais sedutor da teoria dos espaços mentais. Acima dessa questão operacional, entretanto, sobreleva a dimensão epistemológica, que estabelece com clareza meridiana a inevitabilidade do perfilamento pragmático do processo cognitivo de evocação (ou de invocação) de um frame. Um frame (um esquema conceptual) jamais se instancia a não ser perspectivizado pela forma linguística (lexical ou sintática) que o introduz.

Citando a mim mesma, eu observava, há treze anos, que “*a contribuição essencial da semântica de frames era a de possibilitar esta mediação entre o conhecimento-do-mundo – acumulado como memória social e/ou pessoal – e a sua ativação numa perspectiva singular, definida para o evento comunicativo em desenvolvimento.*” Nesse contexto, é que imaginávamos, seguindo Gumperz e Levinson, ser possível fazer Linguística, lançando uma ponte sobre a divisão durkheimiana do trabalho entre as ciências psicológicas e as ciências sociais...

A Gramática das Construções, citada no enunciado da pergunta, também recorre a frames para definir o pólo semântico das Construções que postula, sejam essas sintáticas (por exemplo, as Construções de Estrutura Argumental (CEAs), que correspondem ao grosso da produção goldbergiana) ou lexicais (os Verbos mapeados nas ditas CEAs são também evocadores de frames). Pode-se, assim, dizer que os construcionismos de extração cognitivista, como o de Goldberg ou o de Tomasello, são atravessados pela agenda sociocognitiva.

É importante ainda dizer que a denominação “sociocognitiva” é empregada, aproximadamente na mesma clave, por linguistas que são interlocutores da LC, embora não necessariamente seus praticantes, como Edwiges Morato, Ingedore Koch e Anna Christina Bentes. O trabalho dessas linguistas releva no signo a relação entre social e cognitivo como as duas faces da mesma folha, de que nos fala o símile saussureano.

4. *É sabido que a Linguística Cognitiva mantém relações com outras ciências cognitivas (Psicologia Cognitiva, Neurociência, Inteligência Artificial etc.) e que alguns temas lhe são mais afetos, como, por exemplo, categorização linguística (prototipicidade), polissemia, modelos cognitivos, metáfora e imagens mentais. A questão que se levanta, em função de tamanha interdisciplinariedade, é: qual seria mesmo o objeto de estudo da Linguística Cognitiva? É possível falarmos da Linguística, como ciência autônoma, ou é inevitável associarmos a ciência da linguagem a outras ciências afins?*

O conjunto de temas enumerados na pergunta constitui, pelas razões mesmas que aduzimos nas respostas anteriores, a agenda da Linguística Cognitiva: seja pelo seu “semantocentrismo”, seja pela sua investigação

programática das relações da linguagem com os outros sistemas cognitivos, com as outras semioses.

A questão da vocação interdisciplinar da LC emerge justo deste ponto: os primeiros estudos (das décadas de setenta e oitenta), mesmo praticando a apropriação de descobertas da Psicologia, da Antropologia, da Inteligência Artificial, da Sociologia Interacionista, ainda tinham a cara da Linguística de referência, aquela da qual a LC era a costela e (buscava ser) a mosca na sopa: o modo de raciocinar era decididamente gerativista. Já no início da década de noventa, as acusações de circularidade começavam a tráfegar: afinal, buscava-se depreender o que era cognitivo na linguagem a partir de dados que eram quase que exclusivamente linguísticos! (Vejam-se as críticas de Gibbs a Lakoff e Johnson na postulação originária da teoria da metáfora conceptual).

Hoje as coisas correm de maneira muito diferente e disso é evidência a publicação pela Benjamins em 2007 de um megamanual sobre metodologias aplicadas à LC (editado por Monica Gonzalez-Marquez e suas colegas). Quem imaginaria esse tipo de desenvolvimento nos tempos da primeira LC, quando algumas boas intenções teóricas chegaram a ser descartadas como “meros exercícios em neurologia especulativa”?

O advento da Linguística de Corpus, a disponibilização de imensas bases eletrônicas de dados associadas a ferramentas de busca exequíveis, o avanço das neurociências e dos métodos experimentais em Psicologia, a pressão dos estudos sobre o processamento da linguagem natural, todo este conjunto de fatores muda o cenário da investigação sobre a linguagem de forma irreversível. Como já deixei claro em ensaio que publiquei há dois anos na *Gragoatá*, não há mais espaço para fazer LC (ou qualquer outro tipo de Linguística) sentado na cadeira de balanço e aguardando o sopro do Espírito...O que não significa que os resultados deste tipo de Linguística devam deixar de ser estudados. A formação do linguista hoje requer o conhecimento da tradição (ou seja um sólido conhecimento das “linguísticas do signifiante”, para usar a denominação que forjei com Marcuschi para designar as principais correntes de estudos da Linguística do século XX) e preparação técnica para conduzir pesquisas com outro nível de exigência empírica. Isso implica dominar métodos quantitativos, familiarizar-se com softwares que propiciam tratamento refinado dos

dados, conhecer as bases neurobiológicas da cognição, muito mais coisa do que nós, linguistas do século XX, sequer sonhávamos em estudar. A meu ver, este movimento é irreversível. A Linguística, como de resto a Psicologia, a Antropologia, as Neurociências, a própria Filosofia estão “condenadas” ao trabalho interdisciplinar no seio das chamadas Ciências Cognitivas. Daí, entretanto, que a Linguística como disciplina vá abdicar de sua autonomia, duramente conquistada no decorrer de sua luta pela institucionalização no século passado, essa é outra história completamente diferente. Não vejo no momento razões para isso. Pelo contrário, no Brasil o que eu percebo é um movimento em favor da ampliação de nossa distintividade e de nosso protagonismo dentro do espaço político das Letras.

5. *Qual a proposta do livro *Construções do Português do Brasil: da gramática ao discurso, organizado por você e Neusa Salim Miranda? O que podemos esperar dessa obra?**

Esta é uma coletânea que reúne dois artigos introdutórios, sobre Linguística cognitiva e sobre Gramática das Construções (GC), e doze análises de diversos fenômenos (lexicais, sintáticos e discursivos) do Português, todos eles tomando como principal referência a GC de linhagem goldbergiana. Todas essas análises originaram-se de trabalhos de conclusão de mestrado, realizados no Programa de Pós em Linguística da Federal de Juiz de Fora. Esta é uma dimensão importante do livro: que análises inovadoras, realizadas em compasso com a cena acadêmica mundial, tenham sido produzidas em uma instituição “fora do centro”. Entendo que o livro, neste sentido, expresse o vigor dos estudos linguísticos brasileiros, especialmente os vinculados à LC.

Lembro-me de uma anedota contada pelo Fillmore, que eu sempre considere não só edificante mas, principalmente, inspiradora. Dizia o Fillmore que em pleno período da efervescência dos estados gerativos apareceu ele, então professor em Ohio, para uma conferência no MIT: foi saudado calorosamente pelo seu artigo publicado na revista *Word* em que ele propunha (em 1963) a ideia de ciclo transformacional, posteriormente incorporada ao modelo padrão de 1965. Parece que foi Rosenbaum que,

ao saudá-lo, manifestou sua surpresa de que contribuição tão relevante pudesse ter brotado fora do MIT, ou fora dos círculos imeditamente conectados. Fillmore respondeu com sua característica fleugma: *Possibly you don't realize how literacy is widespread these days...* E hoje, com a internet, para o bem e para o mal (mais para o bem, eu acho), o “letramento” teórico está difundido ainda com muito maior intensidade!

Então, o nosso livro apresenta abordagens construcionistas muito caprichadas, muito bem fundamentadas empiricamente, as quais assumem uma visão de gramática “como rede de símbolos que emerge na história e na cultura” e traz para a cena analítica o compromisso descritivo com todas as construções de uma língua: das mais canônicas até as “periféricas”.